



10/05/2019

*MUNICÍPIO DO FUNDÃO*

ATA DA REUNIÃO DE 10/05/2019

**CÂMARA MUNICIPAL  
DO  
FUNDÃO**

Texto definitivo da ata n.º 8/2019 da reunião ordinária realizada no dia 10 de maio de 2019, iniciada às 15:30 horas e concluída às 19:30.



10/05/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

### ORDEM DO DIA

### REUNIÃO DE 10 DE MAIO DE 2019

#### **1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

#### **2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

- a) 1.<sup>a</sup> Alteração à Tabela de Tarifas/Preços – 2019;
- b) Aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Fundão e o Ayuntamiento de Valverdi du Fresnu;
- c) Aprovação da minuta da adenda ao protocolo de cooperação celebrado entre o Município do Fundão e a Agência de Desenvolvimento Gardunha 21;
- d) Atribuição de subsídio – Universidade da Beira Interior;
- e) Área de Reabilitação Urbana (ARU) – Fundo de Regeneração de Alpedrinha (FRA);
- f) Área de Reabilitação Urbana (ARU) – Fundo Zona Antiga do Fundão (FZA);
- g) Ratificação de Despacho – aprovação das “Normas de Participação e de Funcionamento dos Expositores na Feira do Queijo”.

#### **3– DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:**

- a) Joana Filipa Rainho Raimundo – isenção de pagamento de taxas;
- b) Ana Paula Robalo de Carvalho Dias – redução do pagamento de taxas;
- c) José Filomeno Beja Carneiro - redução do pagamento de taxas;
- d) Herdeiros de José Canelo Ribeiro – legalização de habitação unifamiliar;
- e) Manuel Nunes Fernandes – alteração de edificação;
- f) Maria Deolinda Mendes Figueira Soares e outro – legalização de ampliação de habitação unifamiliar;
- g) Aníbal Joaquim Ramalho Gonçalves – legalização de habitação unifamiliar;
- h) Natália Pires e Joaquim Mendes Gil – compropriedade;
- i) António Costa Marques Mateus – legalização de ampliação de edificação;
- j) Luísa Filomena Soares Costa – construção de edificações;
- k) José Augusto Jardim Simões – alteração e ampliação de anexo;
- l) João Veríssimo Mendes – armazém agrícola;
- m) Maria Celeste Alves Pereira Trindade – legalização de habitação;
- n) Joaquim Nuno Ramos Mesquita – recuperação e ampliação de ruína;
- o) José Manuel Afonso dos Reis – ampliação de edificação;
- p) 5.<sup>a</sup> Alteração ao Plano Diretor Municipal do Fundão.



10/05/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

### 4 – INFORMAÇÕES:

- a) Balancete do dia 7 de maio de 2019.

### ATA N.º 8/2019

Aos dez dias do mês de maio do ano dois mil e dezanove, nesta cidade do Fundão, no “Salão Nobre” do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal do Fundão, sob a presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, e com as presenças do Senhor Vice-presidente, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos e dos Senhores Vereadores, Dra. Joana Morgadinho Bento, Prof. Sérgio Miguel Cardoso Mendes e Eng.º Paulo Manuel Pires Águas.

A reunião foi secretariada pela Diretora do Departamento de Administração e Finanças, Dr.ª Maria Isabel Carvalho Campos.

Seguidamente, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e justificou a ausência das Senhoras Vereadoras Dra. Maria Alcina Domingues Cerdeira e Dra. Ana Paula Coelho Duarte, por motivos pessoais e profissionais, respetivamente.

### 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção, propondo a atribuição de um voto do pesar, que foi aprovado por unanimidade, pelo falecimento do ex-autarca, Luís Cerdeira Reis, que durante muito tempo foi Presidente da Junta de Freguesia do Salgueiro, atualmente freguesia dos Três Povos. “Um homem muitíssimo especial, com uma enorme capacidade reivindicativa e de fazer, relativamente a uma área de criação de valor, como o Regadio da Cova da Beira”.

Prosseguindo, deu conta de uma audiência com o Senhor Secretário de Estado da Valorização do Interior, no dia 6 de maio. Disse que das várias questões apresentadas, uma delas sobre os Túneis da Gardunha, e em que foi solicitado apoio, para que junto do Ministério das Infraestruturas e do IMT, de uma vez por todas, se defina um plano de ação para que os camiões de substâncias perigosas deixem de circular dentro da localidade de Alpedrinha. “Expliquei ao Senhor Secretário de Estado que havia uma enorme sensação de inércia nos últimos anos, mesmo após toda a contestação, nós impedimos que os camiões continuassem a atravessar Alpedrinha, mesmo tendo empresas locais que se manifestaram completamente contra, porque de alguma forma foram apanhadas na nossa decisão de impedir que os camiões pudessem seguir pela Serra da Gardunha. Foi uma posição de força que tomamos em dois mil e três, e que teve de facto uma repercussão, quando houve um compromisso de várias entidades,



## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

nomeadamente, do Ministério das Infraestruturas, do IMT e da SCUTVIAS, tendo-se chegado à conclusão que haveria hipótese, seguindo um guião de trabalhos, de algumas intervenções de melhoria do sistema de segurança dos próprios túneis. Nos próximos tempos vamos fazer estudos e trabalhos, para nos sentirmos mais confortáveis na questão da decisão. Expliquei esta questão, e o Senhor Secretário de Estado da Valorização do Interior pediu que lhe fizéssemos chegar formalmente todos os elementos enviados durante este processo, e que iria tomar diligências num curto espaço de tempo”.

Outra questão apresentada prende-se com o estado das vias de comunicação, nomeadamente a EN18 que atravessa a Vila de Alpedrinha, e a necessidade de um Plano de Intervenção para os vários quilómetros de estradas, não nacionais, que se encontram num estado degradado e que nos próximos anos irão começar a dar problemas, nomeadamente as que atravessam as aldeias, o que se torna mais premente por questões de segurança e mobilidade. “Como estas obras não são financiadas pelos fundos comunitários, porque são tidas como prioridade negativa, é o termo que existe, ou seja, recuperar estradas em Portugal, é visto pela Comissão Europeia, como uma prioridade negativa, pelo que não vamos ter dinheiro comunitário para a reabilitação de estradas nacionais nem municipais, por isso temos que ter sempre uma verba anual no nosso orçamento para esta questão”.

Disse que ainda tinha sido analisada uma outra questão, sobre o próximo quadro comunitário e a necessidade de haver um programa operacional para a zona de baixa densidade. “Neste momento estamos a meio do quadro comunitário e vamos chegar à conclusão que a distribuição das verbas, nomeadamente dos fundos orientados para a coesão, vai ser muito desproporcionada, e naturalmente irá puxar mais pelas zonas do litoral”.

Prosseguindo a sua intervenção, deu conta de alguns eventos, nomeadamente, a participação no dia 8 de maio, nos Fóruns de Modernização da Agricultura, realizados no auditório da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal. “Uma das questões que fui reivindicar é que os fundos agrícolas passem a ser regionalizados, pois se não temos a capacidade de aproximar a política agrícola da diversidade agrária do País, ficamos muito penalizados, e ficam muito mais penalizados os pequenos e médios agricultores”; Comemorações do “Dia da Europa” no dia 9 de maio. “Fica um apelo a uma maior participação nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, no dia 26 de maio”; Realização de mais uma prova da Taça XCO Cyclin´Portugal em BBT, Categoria Internacional C1, no Parque do Convento, pretendendo-se deste modo fomentar cada vez mais as atividades desportivas sobretudo ligadas à Serra da Gardunha; Realização de uma caminhada pelo Núcleo Regional do





## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro, mediante a aquisição de uma T-shirt para participação; Conferências da CPCJ, dia 11 de maio, com um conjunto reputado de conferencistas sobre toda a problemática da integração dos jovens e dos riscos associados. Convidou à participação de todos. Realização no Centro de Negócios do Fundão da XXII edição da Lan Party NINF, entre os dias 10 e 12 de maio, uma iniciativa organizada pelo Município do Fundão e pelo Núcleo de Informática da UBI, com 48 horas de jogos e entretenimento.

Continuando, o Senhor Presidente referiu-se ao lançamento da Campanha da Cereja, no dia 14 de maio, na Praça do Município, e que contará com a presença da Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, que terá como momento simbolicamente mais marcante, o leilão das primeiras cerejas.

Prosseguindo a sua intervenção, referiu-se à questão dos vários pedidos de prospeção. Agradeceu a colaboração de todos, em especial à Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Joana Bento, que esclareceu as dúvidas sobre a questão dos prazos, no posicionamento comum, que dá conta, que mesmo em caso de prospeção, o município estará sempre contra, nomeadamente em áreas protegidas, “porque não vale a pena sequer fazer prospeção relativamente a essas áreas, muito menos exploração. Já houve uma resposta a essa abordagem através da Agência Gardunha 21 e do nosso núcleo Gardunha. Mas para além disso fomos mais longe, alertando para o que possam ser os impactos, não tanto da prospeção, mas já da exploração das áreas de regadio. Temos zonas, quer do regadio da Cova da Beira quer do futuro regadio da Gardunha Sul de grande aptidão agrícola, já nos posicionamos que não vemos com bons olhos, e parece-nos negativa a prospeção nas zonas do regadio, da reserva agrícola e ecológica nacional, próxima de localidades, e também tudo o que tenha influência direta ou indireta com linhas de água. Fomos também subscritores de um documento conjunto com a plataforma de luta contra a exploração mineira da Argemela, que dá suporte às ações jurídicas que podem já estar a ser desencadeadas relativamente ao modelo de prospeção experimental que foi pedido, e que está na fase de discussão pública, mas, há uma coisa absurda, algo nunca visto, em que a DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia, pediu ao município do Fundão para fazer a publicação em jornais regionais, que até o pode fazer, mas que o próprio Decreto-Lei refere que quem faz a publicitação, até porque se inicia aqui formalmente o próprio processo de discussão, deveria ser a DGEG, e perante isto, está a criar uma enorme confusão sobre o período de discussão pública, e comunicamos que era esta entidade que tinha a obrigatoriedade de fazer a publicação e reiterando a nossa posição”.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente.



## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção, destacando alguns eventos, nomeadamente a realização, nos dias 11 e 12 de maio, “da prova de XCO, que é um grande investimento que o município do Fundão está em fazer em torno da aposta na bicicleta, associado ao BTT Gardunha que é o grande promotor, e o Clube do Fundão que desenvolve esta modalidade, e que tem inclusivamente escola de formação, em que teremos cerca de trezentos atletas oriundos de toda a parte do mundo, desde o Japão, Estónia, Grécia, Espanha, França e República Checa, porque trata-se de uma prova de nível 1, a pontuar para os Jogos Olímpicos, e de facto o Fundão já tem pergaminhos na realização desta prova. É também uma parceria que temos com a Federação Portuguesa de Ciclismo, vamos ter aqui esta edição, e que naturalmente estarão todos convidados a assistir a esta prova, que vem no seguimento também de uma prova que ocorreu pela primeira vez no concelho do Fundão e na região, os Campeonatos do Desporto Escolar, realizados entre o Parque de Campismo do Fundão e o Parque do Convento, que trouxe centenas de jovens da região centro a participar nesta modalidade, que não conhece paralelo em mais nenhum município do distrito de Castelo Branco, e que esperamos que possa ser de facto catalisador desse entusiasmo para que outros Agrupamentos de Escolas possam desenvolver esta modalidade, que é claramente uma oportunidade também para a região”; Referiu a realização, no dia 12 de maio, da 5ª edição do “Passeio de Tratores Agrícolas na Enxabarda”. “Lá estaremos, porque se trata de um evento que reúne muitas centenas de pessoas ligadas a esta área, e que nós saudamos pelo entusiasmo que ela promove”; “Assinalámos no dia 9 de junho o Dia da Europa, julgo que é também o único município que assinala o Dia da Europa nesta região, em parceria com a Academia de Música e Dança do Fundão, que fez ecoar o Hino da Europa enquanto hasteávamos a bandeira, mas no fundo sublinhar de facto a importância que damos à Europa. Há quem diga que até deveria ser feriado em toda a Europa para se assumir a consciência da sua importância, mas nós aqui fazemos questão de assinalar esse dia, porque damos de facto muita importância, e também temos uma Loja Europa Jovem que tem sido também um veículo importante de intercâmbios europeus juvenis que aqui desenvolvemos”. Referiu-se ainda ao 40º Aniversário da Associação Recreativa e Cultural da Orca, onde esteve presente, e ao 45.º Aniversário da Associação Cultural de Alcaria, onde igualmente marcou presença.

Prosseguindo, deu ainda conta de um “evento muito interessante no Parque Verde, o Dog Puller, que tem cada vez mais adeptos por todo o País e pessoas que simpatizam com este tipo de iniciativas, mas o Fundão tem-se afirmado ao longo dos últimos tempos, seja em exposições



## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

caninas, seja no Agility ou no Dog Puller, porque nós prosseguimos esse desejo de termos uma cidade *pet friendly* amiga dos animais, que possibilite conciliar aquilo que é a convivência familiar, também com o gosto pelos animais. Temos um projeto a desenvolver que permitirá colocar uma casa de banho pública para animais, onde tem um parque de entretenimento para cães, para que as famílias que tenham cães possam deslocar-se ao Parque Verde, por exemplo, e ter essa possibilidade onde deixar os cães e poderem usufruir do Parque, ao mesmo tempo que estamos a desenvolver também a instalação de um conjunto de marcos dispensadores para a higiene desses animais. Vamos ter ainda no dia 18 de maio, o 30.º Aniversário do Grupo de Convívio e Amizade nas Donas, um momento importante para uma grande associação do concelho do Fundão, no que toca à parte juvenil, mas sobretudo do atletismo. Este fim-de-semana temos também a Romaria de São Macário, na Freguesia do Alcaide, momento de festa e de júbilo nessa aldeia”.

Neste momento usou da palavra o Senhor Vereador Eng.º Paulo Águas.

Chamou a atenção para o trabalho bem feito em termos de limpeza florestal, na zona do São Macário, Alcaide, e que “se efetivamente houvesse mais verbas para se poder intervir em mais locais do concelho, como nesta zona, porque realmente há ali uma zona com uma intervenção fantástica, e infelizmente logo muito próximo vemos zonas privadas num estado, que muito provavelmente teremos que intervir institucionalmente, porque os privados não estão a dar a resposta que nós esperávamos”.

Prosseguindo, deu conta da realização no dia 9 de maio no Casino Fundanense, de um colóquio “Mosca Drosophyla Suzuki”, organizado pelo Município do Fundão, o Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional e pelo Centro Interface, que contou com mais de cem agricultores, que está a afetar fundamentalmente a cereja. “É um problema grave, e não há fitofármacos milagrosos, o que há é uma estratégia que tem que ser conjunta, de captura em massa, associada a outras técnicas, mas não dá para trabalhar isoladamente, tem que ser um intervenção regional e obviamente com um trabalho muito cuidado das entidades oficiais para reconhecer. O que é interessante é que a captura com grande significado de moscas no medronho, por exemplo, no pomar de medronhos, não na fruta, o que é estranho, portanto ainda há muito para descobrir. Nós no município fazemos muito, mas ainda não vamos conseguir descobrir essa parte, esperemos que seja o Instituto Nacional de Investigação Agrária ou a Escola Agrária, a dar-nos essas indicações. Foi altamente positivo o encontro e infelizmente se calhar a adesão dá-nos a ideia de que é um problema efetivo, e as pessoas sentiram necessidade de ir colher informação”.





10/05/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção, do seguinte modo: “Já que o Senhor Presidente da Câmara falou sobre as duas questões dos Túneis da Gardunha, e esta questão dos novos pedidos de prospeção, eu queria perguntar-lhe o seguinte: Relativamente ao Túnel da Gardunha, e à Moção que saiu da Assembleia Municipal que nos levou a questionar as entidades, nós já reunimos com as entidades esta semana, como tínhamos anunciado em sede de Assembleia, e daquilo que eu percebi, nenhuma delas conhece a auditoria de segurança feita pela entidade competente. Dá-me a sensação que para além daquele estudo que tem carácter confidencial, e que percebo que o executivo não o conhece, as auditorias também percebo que ninguém as conheça. Então porque é que foram feitas? Essa é a questão. E o Senhor Presidente fala de um guião de trabalho, nesse guião de trabalho tinham em consideração, quer esta auditoria feita, quer esse estudo do LENEK – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, se é que tiveram conhecimento de algumas conclusões, e se têm esse guião de trabalho, se me o podiam facultar, porque aquilo que eu me apercebi, é que os estudos estão feitos, são auditorias de segurança, mas na reconfiguração que está, com a proibição que está, portanto, estudar o quê, se é uma proibição. Nós temos que perceber, se existem condições, e se existem, muito bem, e aí retira-se a questão legal que é a proibição, porque tudo é feito com base na não passagem, portanto aquilo que nós temos que perceber, é o que é necessário fazer para que os transportes passem no Túnel da Gardunha, e se o município está a pensar em fazer esse estudo, já que faz tantos para coagir, digamos assim, as entidades superiores a agir em determinados assuntos, se está nesse caminho a pensar em fazer esse estudo para que os camiões passem no túnel, porque o Ministério das Infraestruturas devia fazê-lo, as Estradas de Portugal também o deveria fazer, e o município poderá fazê-lo numa atitude pró-ativa. Essa é a pergunta que lhe deixo. Em relação aos pedidos de prospeção, a DGEG foi inundada com pedidos, uns já foram retirados, e bem, na minha perspetiva, atendendo às áreas que estavam em causa, nomeadamente na Peneda Gerês, que foi retirado, em relação ao Fundão há três pedidos com áreas diferentes, mas há um em concreto que é aquele que é designado por “volta”, que inclui a Gardunha na sua totalidade. Preocupa-me bastante, e deixe-me felicitá-lo pelo facto de independentemente da contagem do prazo e de quando é que o prazo começa a decorrer, o importante de facto aqui é responder, e é responder porquê? Porque o município do Fundão, em concreto, em dois mil e onze não o fez, aquando de um pedido de prospeção sobre a Argemela. Esse pedido de prospeção não teve qualquer resposta, não teve qualquer reclamação, não houve qualquer sinalização daquilo que foi feito,





10/05/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

quais eram as áreas sensíveis, e aquilo que estaria em causa numa prospeção, no caso numa concessão, e a verdade é que a ausência de reclamação na altura poderá ter ajudado a que hoje estejamos com um problema em mãos, que é a concessão do Cabeço da Argemela, porque ela ainda não foi, mas está muito próximo, penso eu, de ser dada, atendendo ao concurso que está em mãos. E portanto, saudá-lo na perspectiva de ter-se antecipado e ter posto em causa algumas questões que muitas vezes não são lembradas, a Argemela não é a Gardunha, não tem a mesma classificação que a Gardunha tem, nem a sua qualidade, e também saudá-lo por ter assinado o memorando que foi enviado ao Senhor Ministro do Ambiente, que salvaguardam, e muito, a Argemela e as preocupações da população, e ao ser solidária com aquelas populações e com a Serra em si, e com tudo o que ela representa, esteve a dignificar o seu concelho, e portanto tenho que lhe dar esse reconhecimento”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes.

Cumprimentou todos os presentes.

Disse que ao longo dos últimos meses tinha feito alguns contactos, fruto do trabalho que o município tem estado a fazer também com os refugiados. “Fi-lo a título pessoal, porque também estive com a Dra. Paula Pio, fui-lhe dando mais ou menos indicações do que é que estávamos a fazer, e na sexta ou segunda-feira, surgiu a possibilidade de trazer ao Fundão o Atleta Marco Fortes para falar da sua experiência de vida. No mês de janeiro entrei em contacto com o Sporting dizendo que gostaria de trazer o Francis Obikwelu ou o Nelson Évora porque têm uma história de vida absolutamente fantástica, e gostava que eles viessem dar uma palestra no Seminário do Fundão, para aquela comunidade, para toda a comunidade fundanense, e para quem quisesse aderir. Infelizmente não tivemos essa possibilidade porque são atletas de alta competição, estão em Madrid, mas sugeriram o Marco Fortes. A questão é que pediram que nós temos que pagar os custos de deslocação e alimentação, não nos adiantaram nenhum valor e não é necessário dormida. Eu acho que seria interessante aproveitar esta iniciativa, e se corresse bem, talvez replicá-la de dois em dois ou de três em três meses porque, a sensação que eu tenho, é que nós vamos receber e bem, porque demonstra o esforço da autarquia, e porque estamos a falar de uma tragédia humana. Vamos receber mais refugiados e podemos começar a criar aqui algum sentimento da parte da comunidade relativamente aos refugiados, no sentido de que vão chegar mais e vêm ocupar espaço, e se nós colocarmos o tema em cima da mesa e não o deixarmos morrer, acho que seria positivo, daí que a minha sugestão é: se podemos disponibilizar uma pequena verba, nada de mais, e se podemos fazer esta iniciativa, que será, caso haja interesse, no dia antes das Eleições Europeias. Já que estamos aqui a falar de



## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

afirmação dos nacionalismos, nada melhor do que no dia anterior trazer alguém que fala numa perspetiva ecuménica, que é assim que se pretende do Fundão”.

Continuando, disse que queria levantar algumas questões relacionadas com um ajuste direto para apoios no primeiro ciclo, *online*. “Do que eu li do contrato, a sua duração é de catorze de março, data da assinatura, até ao final do ano e estamos a falar de cerca de trinta e oito mil euros. No ano passado, um contrato similar teve trinta e sete mil euros e foi sete meses, e há dois ou três anos, foi de vinte e cinco mil euros, com a duração de quatro meses, porquê começamos a reduzir o tempo e aumentamos o preço? E depois era saber quantos alunos e quantas horas por semana é que estão envolvidos”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente.

Sobre a questão dos túneis, disse o seguinte: “ontem vim de uma localidade chamada Aljustrel, que tem muito a ver com esta problemática, porque a empresa principal que está a operar em Aljustrel é exatamente a ALMINA – Minas do Alentejo, S.A. Fui convidado para ser conferencista, onde estive também o Secretário de Estado das Autarquias Locais, e estive a falar com o meu colega, porque Aljustrel é tomado como um dos exemplos melhor conseguidos da harmonização de exploração mineira com uma localidade, inclusivamente tem uma exploração por debaixo da própria vila, e fiquei surpreendido porque tem a parte mineira contígua a plantações intensivas de olival. Eles têm mesmo o LENEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia, que na prática é um dos laboratórios e pontos de investigação e desenvolvimento mais orientado para a pós-mina, e a EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, que é a componente mais de investigação e planeamento. Aqui estamos nas nossas contínuas preocupações, e acho que as posições concertadas estão a ir ao encontro daquilo que é a defesa do nosso território”.

Prosseguindo a sua intervenção, e relativamente à questão dos refugiados, deu conta de uma notícia que referia que uma parte do valor que a União Europeia destinou para Portugal estava em risco. Disse que “coincidência ou não, esta semana a nossa candidatura relativamente à questão dos refugiados teve nota positiva mas não teve dotação financeira, na prática é como se tivesse sido chumbada. Já fizemos uma contestação esta semana porque é a candidatura mais importante, tinha um valor global de cerca de seiscentos mil euros, entretanto, sai a notícia que estamos a perder metade das verbas que tínhamos para a integração dos refugiados. A própria Secretária de Estado está muito preocupada, e também o Alto Comissariado. Vou continuar a dar-vos informação relativamente a este processo. Relativamente à intervenção do Senhor Vereador Professor Sérgio Mendes parece-me uma questão muito interessante e acho que pode





## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

ajudar a mobilizar a comunidade, nomeadamente os mais jovens, para esta questão. Se for necessário, que será seguramente, institucionalmente o município fará esse pedido ao Sporting Clube de Portugal, até porque se agora pode ser com o atleta que referiu, eventualmente podem vir outros atletas. Temos todo o interesse disso, e seguramente só traz boas energias e boas atitudes relativamente a essa problemática e aproxima pessoas, gerações, comunidades e isso é sempre bem-vindo. Por isso, só lhe agradeço, e tudo o que possa ser ideias nesse campo estamos totalmente disponíveis. Peço que articule com a Dra. Alcina Cerdeira, Vereadora do Pelouro, até porque na parte institucional podemos criar aqui um veículo interessante para futuros atletas”.

Prosseguindo, e sobre a outra questão que o Senhor Vereador Professor Sérgio Mendes apresentou disse que provavelmente estaria a referir-se ao apoio à teleformação/educação. “Estamos a aumentar o número de alunos, e gostava de lhe poder dar mais dados, que a Senhora Vereadora Dra. Alcina seguramente tem, e o nosso objetivo foi sempre tentar que mais alunos pudessem integrar a componente da plataforma, e de alguma forma está pensada mais por ano letivo. Por vezes os procedimentos podem estar um pouco atrasados, mas de alguma forma abrangem mais anos letivos. Referir que o compromisso que temos com essa plataforma, é que não reduza o número de meses e mantenha o mesmo padrão de serviços anteriores, com mais alunos, esse era o princípio geral, e que de alguma forma pode justificar aquilo que está a referenciar, um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior. Este projeto continua integrado no programa de combate ao insucesso escolar, no âmbito da reprogramação da CIMBSE, que terá um financiamento de cerca de oitenta e cinco por cento a fundo perdido, mantendo o mesmo padrão das anteriores intervenções. Daquilo que é o feedback que vamos tendo, acho que está a correr bem, sobretudo nos meios mais rurais porque era para esses alunos que o programa estava mais direcionado, por isso espero que haja aderentes para aumentar o número de utilizadores da plataforma”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vereadora Eng. Paulo Águas.

Relativamente à questão da Argemela, disse que tinha estado em representação do município, numa sessão onde também esteve a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento, e que quando leu o processo, achou que o mesmo está tão mal instruído, que dificilmente irá em frente, porque com a falta de peças instrutórias, desde o Plano de Lavra até outras peças obrigatórias, fica seriamente na dúvida se a ideia é valorizar a empresa, parecendo que está a fazer alguma coisa, se efetivamente, é para entrar numa situação de exploração. “Fiquei com muitas dúvidas, já falamos nisso na localidade do Barco quando lá estivemos, acho que aquele





10/05/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

processo não foi instruído com o objetivo efetivo da concessão, há ali outra coisa qualquer que me fez confusão”.

Sobre a questão dos olivais intensivos e dos regadios da região, disse o seguinte: “nós estamos completamente fora desse processo, porque os olivais intensivos não produzem azeite que nós habitualmente utilizamos na nossa região, são azeites de enchimento, ou seja, têm que ser misturados com outros azeites para terem capacidade de entrada no mercado. Atualmente, Portugal ultrapassou já a situação do autoconsumo, e para exportar, temos que exportar para o mercado de qualidade, portanto, o que se produz atualmente intensivamente em Portugal já esgotou praticamente as suas necessidades, e o intensivo é interessante em grandes propriedades, normalmente acima de estruturas fundiárias superiores a quatrocentos, quinhentos, seiscentos hectares, como o caso do Alqueva, onde temos muitas explorações na ordem dos dois mil hectares. Eu acho que nunca poderemos pensar que o intensivo do olival poderá ser de alguma forma uma sombra ou um espectro para o desenvolvimento do regadio a sul da Gardunha, ou da implementação de melhores explorações no regadio já existente, portanto, não é de forma alguma um espectro que podemos comparar com a questão do Alentejo. Sobre a representatividade da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal, gostava que ficasse uma coisa clara. Atualmente aquela do latifúndio alentejano é completamente enganosa e abandonada, neste momento, a grande maioria das associações pertencentes à CAP são do Centro e de Trás-os-Montes. Trás-os-Montes é o grande forte da representatividade de associações dentro da Confederação dos Agricultores de Portugal, e a região Centro, juntamente com Trás-os-Montes têm uma larga maioria das associações. Quando se fala da CAP, não deve ser associada ao latifúndio alentejano, isso é um mito que se criou nos pós 25 de abril, hoje a Confederação dos Agricultores de Portugal é uma grande Confederação, a única que representa efetivamente todos os setores da agricultura portuguesa, e com organizações dentro das instâncias comunitárias praticamente em todos os subsectores”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vice-presidente.

Disse o seguinte: “queria só agradecer a vontade do Senhor Vereador em querer participar, e o tema também reputo de muito interessante, aquilo que possa ser essa abordagem junto dos refugiados no Seminário do Fundão. Alertar, única e exclusivamente, para esses contactos que são feitos, que são na qualidade de Vereador, eles vinculam a Câmara Municipal, e portanto acho que deve haver maior articulação prévia, antes de surgirem, porque no limite podem ser coincidentes com outras iniciativas, ou acarretar outro tipo de compromissos. Acho que faz todo o sentido a iniciativa, mas sublinho a parte da articulação que é muito importante, porque o





## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

Senhor Vereador teve o cuidado de me remeter essa troca de correspondência e fê-lo na qualidade de Vereador, também para a Fundação do Sporting, mas no limite, se talvez nós não tivéssemos interesse, ficaríamos aqui. Acho que esse convite evidentemente vincula a Câmara Municipal, e se o está a fazer na qualidade de Vereador, acho que nesse caso teremos que ter uma palavra também a dizer”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes interveio para dizer o seguinte: “duas situações. Relativamente ao programa do apoio, da experiência que eu tenho, está a surtir muitos efeitos, e eu acho que poderemos alargar este tipo de iniciativas a outro tipo de projetos, mas no futuro poderemos trabalhar nessa área. A minha questão, é que eu só levantei dúvidas, porque achei estranho estarmos com contratos assinados no mês de março, e em bom rigor, a entidade esteve a prestar um serviço sem ter um contrato celebrado”.

“Relativamente aos contactos que foram estabelecidos, foram sempre exploratórios, em nenhum momento foram vinculativos, e o *e-mail* que enviei foi o resultado da última comunicação, mas desde início apenas questioneei se havia interesse e possibilidade, nunca vinculei a autarquia”.

O Senhor Vice-presidente interveio para referir que tinha sido dado uma resposta, e que o Presidente da Câmara era o Chefe de Protocolo, e que, em primeiro lugar, era ele quem fazia os convites “estou a dizer isso por uma lógica de articulação, mas que fique claro que não tem nada a ver evidentemente com o sentido, que acho muito correto e devemos fazer todos os esforços para que ele se possa concretizar”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes disse que já não era a primeira vez que o fazia, e que à conta destes contactos já tinha conseguido arranjar material desportivo, já os tinha levado a alguns jogos, e que em nenhum momento procurou ultrapassar, comprometer ou colocar em causa a autarquia. “E outro aspeto, também em nenhum momento, procurei promover o trabalho como se fosse pessoal, um trabalho que é para a comunidade, não é para promover A, B ou C, portanto, o município é que trabalhou, eu faço parte do executivo, fazendo parte do executivo acho que estou legitimado também para fazer iniciativas que só vêm valorizar a autarquia e o próprio concelho”.

## **2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1.ª Alteração à Tabela de Tarifas/Preços – 2019**

Foi apresentada à Câmara uma informação do Gabinete de Apoio Jurídico, datada de 6 de maio de 2019, remetendo a 1.ª alteração à Tabela de Tarifas/Preços – 2019, por não prever a



## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

aplicação dos respetivos preços no âmbito do “Regulamento de Residência para Estudantes do Fundão”, cujo projeto foi aprovado em reunião de câmara e sessão da assembleia municipal, em 22 e 29 de abril, respetivamente.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a alteração à Tabela de Tarifas/Preços – 2019, Capítulo VIII – Alojamento/Residência, e retirar a “Nota” constante deste Capítulo, do seguinte teor: “As situações excecionais que não se enquadrem nestes parâmetros serão tratadas caso a caso e decididos por despacho do Sr. Vereador do pelouro”.

Mais deliberou, por unanimidade e em minuta rever a Tabela de Tarifas/Preços no verão, com todas as alterações propostas e discutidas. (1.ª Alteração à Tabela de Tarifas/Preços – 2019)

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento chamou a atenção para a NOTA constante do Capítulo VIII da Tabela de Tarifas/Preços, que diz que “As situações excecionais que não se enquadrem nestes parâmetros serão tratadas caso a caso e decididos por despacho do Sr. Vereador do pelouro”. Disse que esta NOTA “permite, no nosso entendimento, situações excecionais, logo podem ser consideradas *ad hoc*, mas que o facto de serem decididas por despacho e não virem a esta Câmara Municipal, como por exemplo, que acho que é uma boa atitude aquela que fazem com os apoios escolares das fichas que vêm à reunião de câmara, e nós temos conhecimento delas, e porque também é uma questão de regulamento, também neste caso, nesta situação que pode ser entendida como excecional, porque aquilo que é excecional para mim, pode não ser para o Senhor Presidente, era importante que viesse a reunião de câmara para, neste caso em concreto, não haver nenhum tipo de opacidade em relação aos critérios que podem ser aqui aplicados. Esta NOTA acho que devia ser acrescentada com o facto de vir a reunião de câmara por causa desses argumentos que acabei de referir”.

Aproveitando a discussão do tarifário, perguntou se a Escola de Hotelaria e Turismo constava por algum motivo. “Querem manter estas fotocópias avulso, faz sentido ainda manter esta questão aqui. Se calhar deveríamos rever esta questão e as outras duas questões sobre este documento em concreto”.

O Senhor Presidente considerou a proposta da Senhora Vereadora Dra. Joana Bento muito razoável, porque a Escola de Hotelaria e Turismo atualmente já não existe, e não vê problema nenhum em retirar o capítulo oitavo.

O Senhor Vice-presidente disse que “queria concordar com a proposta da Senhora Vereadora Dra. Joana Bento relativamente à forma como está escrito o documento, que as



## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

situações excepcionais devem ser tratadas pela Senhora Vereadora do Pelouro, e julgo que pode ser acrescentado que as situações excepcionais que existirem, sejam pelo menos ratificadas em reunião de câmara, mas que possam ter eficácia imediata para a resolução de problemas na hora”.

O Senhor Presidente considerou que a informação deve vir à Câmara Municipal obrigatoriamente, e que em situações urgentes a Senhora Vereadora do Pelouro toma a decisão e posteriormente informa a câmara.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes interveio para dizer que “no Quadro 3 e no Quadro 4 fala em Pavilhão Desportivo e fala em Campo de Futebol, e no âmbito do Pavilhão Desportivo, fala em aluguer de um terço. Gostava de ser esclarecido o que é que é um terço, e gostava de saber que campo de futebol é que se refere e a que Pavilhão Desportivo é que se refere”.

O Senhor Presidente respondeu que “na componente de um terço, devemos estar a falar do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, que tem a possibilidade de ser dividido, e que até se utiliza muito no âmbito escolar, em três campos. O outro que questionou é o Pavilhão Municipal”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes interveio novamente: “a minha questão prende-se com o seguinte: em bom rigor a autarquia é proprietária de dois pavilhões, acho que existe a vantagem de começar a potenciar por exemplo o Pavilhão de Alcaria, e ele não está aqui refletido”.

O Senhor Vice-presidente esclareceu que o Pavilhão de Alcaria está cedido à Associação daquela freguesia.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes usou da palavra para referir o seguinte: “o Pavilhão Municipal está cedido, e em bom rigor está altamente utilizado e bem pela Associação Desportiva do Fundão. Temos o Pavilhão de Alcaria, que pode ser potenciado. Ainda há bem pouco tempo tivemos um clube que precisou de instalações, não as encontrou, podendo ir para Alcaria, acabou por utilizar instalações de um concelho limítrofe, e acho que isso foi uma pena. Podia estar aqui refletido. E depois é preciso considerar que em breve vamos ter o Pavilhão de Silvaes e o Pavilhão da Serra da Gardunha, que passam a ser também propriedade do município. A minha questão também tinha a ver com os Campos de Futebol, porque como é do conhecimento, existem dois campos, é o campo no caminho de Valverde e existe o campo junto às piscinas, como a dimensão é diferente, o valor deveria ser diferente também, e eu não vejo isso aqui refletido, se eu quiser alugar um ou pedir a cedência do outro”.





O Senhor Presidente usou da palavra para relembrar que se estava a discutir as tarifas e aditar-se um quadro tarifário para uma nova valência, a Residência para Estudantes.

Relativamente aos Pavilhões Municipais, disse que o município tem mais pavilhões do que aqueles que o Senhor Vereador referenciou, nomeadamente os que irão transitar para a supervisão da Câmara Municipal no âmbito da descentralização, sendo um deles, o Pavilhão de Valverde.

Usou novamente da palavra o Senhor Vice-presidente. “Julgo que uma vez que veio aqui a proposta na totalidade, julgo que poderia ser interessante que a Câmara Municipal pudesse, em conjunto e com as sugestões de todos, promover uma alteração mais profunda ao resto deste tarifário, até porque já há um conjunto de equipamentos novos que nem sequer têm preço aqui, existem outras visitas turísticas que já nem sequer têm o mesmo preço que aqui está e carecem obviamente de atualização. Poderíamos talvez na altura do verão, trazermos um conjunto de sugestões que poderiam circular entre todos, e fazer essa atualização e fazê-la corresponder mais com a realidade do município aos dias de hoje”.

O Senhor Presidente disse que concordava com a posição do Senhor Vice-presidente, que há alguns aspetos a melhorar, porque deixou de haver valências e que há novos serviços e programas a enquadrar numa nova Tabela de Tarifas/Preços.

O Senhor Vice-presidente ainda acrescentou “a Câmara Municipal não pode delegar num Vereador a competência que é da Câmara para fixar preços, por exemplo, se um Vereador quiser promover a realização de um concerto e quiser fixar um preço para um grupo musical, para ficar dentro do equipamento, qualquer Vereador ou Presidente da Câmara não tem competência para o poder fazer, porque a competência é da Câmara Municipal, e essa competência não pode ser delegada. Se existe previsão que vai haver esse preço nalguma circunstância, ele deve ser fixado dentro da Tabela de Tarifas/Preços”.

Para terminar esta questão, o Senhor Presidente disse que a NOTA do Capítulo VIII deverá ser retirada do texto da Tabela de Tarifas/Preços – 2019, e que casos excecionais que não se encontrem nestes parâmetros, serão tratados casuisticamente e decididos pela Câmara Municipal, sob proposta do Vereador do Pelouro.

### **Aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Fundão e o Ayuntamiento de Valverdi du Fresnu**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 8 de maio de 2019, e que se transcreve:





## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

**“Considerando que:** Entre o Município do Fundão e o Ayuntamiento de Valverdi du Fresnu existe uma relação de amizade, proximidade geográfica e ligação afetiva de há muitos anos alicerçado na existência de uma ligação partilhada entre os dois municípios, que é o Poeta Eugénio de Andrade; A Cooperação transfronteiriça, em todas as suas vertentes, mas também na vertente cultural, é um dos motores de estratégia e desenvolvimento das comunidades envolvidas; O Município do Fundão e o Ayuntamiento de Valverdi du Fresnu pretendem neste sentido promover o desenvolvimento de relações institucionais, com vista à dinamização de atividades culturais na Casa Eugénio de Andrade em Póvoa de Atalaia e na Casa da Cultura em Valverdi du Fresno. Proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, e em conformidade com o disposto nas alíneas g) e u), do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a minuta de protocolo de cooperação que segue em anexo à presente proposta e que dela fica a fazer parte integrante.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Fundão e o Ayuntamiento de Valverdi du Fresno)

### **Aprovação da minuta da adenda ao protocolo de cooperação celebrado entre o Município do Fundão e a Agência de Desenvolvimento Gardunha 21**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 30 de abril de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que: O Município do Fundão tem promovido com sucesso uma intervenção no domínio da qualificação e das competências no sentido de posicionar a força de trabalho no enquadramento das efetivas necessidades do tecido empresarial; O Município do Fundão tem prosseguido uma estratégia de intervenção territorial assente em pilares de inovação e envolvimento da comunidade e dos seus agentes no sentido de ensaiar novas soluções para problemas que teimam em afirmar-se no contexto local e regional; A Agência de Desenvolvimento Gardunha 21, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, surgiu com a missão de contribuir numa perspetiva abrangente para o desenvolvimento sustentável do território da Serra da Gardunha, na valorização, promoção e gestão dos seus recursos; A Agência de Desenvolvimento Gardunha 21 tem especificamente dinamizado de forma sistémica um programa de *workshops*, sessões e iniciativas de sensibilização e ateliers que tem consolidado a sua intervenção numa vertente educativa e pedagógica, assim como tem dinamizado processos participativos de gestão e implementação do projeto Agenda 21 Escolar no Município do Fundão



10/05/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

e na dinamização da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE iNature; A Agência de Desenvolvimento Gardunha 21 apresentou uma candidatura ao programa Portugal Inovação Social: Parcerias para o Impacto para a replicação de um projeto piloto desenvolvido no Brasil para aplicação de técnicas de “gamificação” à aprendizagem no ensino básico, incluindo jogos digitais na arquitetura das escolas, visando a reprodução do sucesso que aí foi obtido em termos de redução do absentismo e do insucesso escolar, e na melhoria da média de classificação final; O projeto de Educação “Gamificada” aprovado apresenta grande potencial de intervenção na melhoria do sistema educativo local, especificamente ao nível das disciplinas de português e matemática, no percurso de aprendizagem entre o 4º e o 9º ano do ensino básico; O modelo contemplado pelo programa de Parcerias para o Impacto determina a necessidade de um envolvimento efetivo com a comunidade local, a consubstanciar através da associação de um investidor social ao projeto com compromissos ao nível do modelo de implementação e de financiamento, acompanhando a execução do projeto; O valor global do projeto, previsto na cláusula 2ª do protocolo em vigor, foi alterado em virtude da reestruturação das atividades e consequente reprogramação financeira e temporal; O Município de Gouveia, reconhecendo o potencial da iniciativa, se associou enquanto investidor social ao Município do Fundão; O teor do Protocolo de Cooperação, celebrado entre o Município do Fundão e a Agência de Desenvolvimento 21, cuja minuta foi aprovada em sede de reunião de câmara, datada de 14.12.2017 – e que integra o “programa de Parcerias para o Impacto: Educação Gamificada” prevê, na sua cláusula 3ª, que a execução da contrapartida de 30%, do Município seja faseada; Proponho, **nos termos do disposto no artigo 32.º e na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 31 de agosto, com as sucessivas alterações, que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar o teor da minuta de Adenda ao Protocolo de Cooperação, celebrado entre o Município do Fundão e a Agência de Desenvolvimento Gardunha 21, a qual segue em anexo à presente proposta e dela faz parte integrante. O pagamento da referida comparticipação ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei nº 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da minuta da adenda ao protocolo de cooperação celebrado entre o Município do Fundão e a Agência de Desenvolvimento Gardunha 21)



## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

Não votou o Senhor Presidente por se encontrar impedido nos termos da lei, tendo-se ausentado da reunião durante a discussão e votação deste assunto.

Abstiveram-se os Senhores Vereadores Dra. Joana Bento e Prof. Sérgio Mendes.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes interveio e referiu o seguinte: “numa fase inicial nós votamos contra este protocolo de cooperação, entendemos que era um investimento avultado para o município, que acabou por adiar o pagamento da primeira prestação, portanto, só reforça a nossa ideia, uma vez que foram alegadas restrições de ordem económica. Entendemos também que o projeto era demasiado ambicioso, que não é mau de todo, porque, por um lado fala que pretende alcançar por ano oitocentos alunos, depois fala no potencial ao nível das disciplinas de português e matemática do quarto ao nono ano, só que pelo meio faz ali uma abordagem numa plataforma digital gamificada e modernização do ensino básico com o secundário. Relativamente ao impacto, levantou-nos muitas dúvidas - aumentar a concentração e a dedicação à escola. Nós não sabemos como é que conseguimos aferir isso. Reforço da qualidade de adesão às iniciativas e projetos escolares - também nos levanta dúvidas de como é que conseguimos avaliar isto. Fala também, que pretende ter impacto numa mudança organizacional e na dinâmica do ambiente escolar, tendo em conta o exposto, as deficiências detetadas na performance dos alunos ou do coletivo, em nenhum momento nós conseguimos saber quais é que são essas deficiências detetadas. Sabemos, pelo relatório que nos chegou às mãos, que foram definidas cinco atividades, uma contratação de recursos humanos, que foi cumprida, depois temos aqui o desenvolvimento da plataforma digital. Parti do princípio que também foi cumprido. Um único dado relevante que nós temos, é que a execução do plano de animação acabou por incluir cinquenta alunos. Portanto, num primeiro ano, dos oitocentos alunos que poderiam fazer parte do projeto, só cento e cinquenta é que tiraram partido, sendo que destes cento e cinquenta, grande parte nem sequer faz parte do município. Se um dos objetivos era melhorar os resultados escolares dos alunos do concelho, eu creio que não conseguiu atingir esse objetivo, isto, para o ano 2016/2017. Ou seja, de acordo com os objetivos só conseguimos vinte por cento do total de alunos que pretendíamos alcançar. Agora, balanço para o ano 2017/2018, já estamos em maio de dois mil e dezanove, portanto, esse balanço já poderia ter sido feito. Eu não sei quantos alunos e quantos docentes é que estiveram envolvidos, gostaríamos de saber quais as atividades desenvolvidas, como é que foi avaliado o impacto nas áreas, na mudança organizacional, no reforço da qualidade da adesão dos alunos às atividades de âmbito escolar. Gostávamos de saber como é que conseguimos fazer isso, para poder votar de forma consciente”.





O Senhor Vice-presidente disse que ainda não tinham resultados para apresentar, e que só no final do ano letivo 2019/2020, é que se poderá avaliar e verificar se pode ser integrado noutra escala ou se não teve os resultados esperados, até porque ao dia de hoje, ainda está em fase de construção o projeto de educação gamificada, em que o município investiu e será avaliado por entidades externas.

### **Atribuição de subsídio – Universidade da Beira Interior**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 8 de maio de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que a educação é uma das atribuições conferidas às autarquias locais e que é hoje unanimemente reconhecida como um dos principais fatores de desenvolvimento das sociedades num mundo que, ao ser cada vez mais global, exige uma crescente diferenciação positiva ao nível das competências, de forma a dotar cada indivíduo das ferramentas que lhe permitam pensar e agir em coerência com a velocidade a que o conhecimento e a comunicação se propagam; Considerando que sendo uma tarefa da sociedade em geral e dos poderes públicos em especial, pelo seu particular peso no desenvolvimento, o Município do Fundão não pode ficar indiferente ao aproveitamento de tão importante recurso; Considerando que, à semelhança de anos anteriores, esta Câmara Municipal tem apoiado a atribuição de dois prémios de mérito escolar a alunos da Universidade da Beira Interior no valor de € 835,50 cada; Considerando que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural educativa, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o Município, alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Considerando que já se encontram arquivadas nesta Câmara Municipal, as certidões comprovativas da situação contributiva devidamente regularizada à Segurança Social e à Autoridade Tributária da UBI. **Proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, que a Câmara Municipal delibere a atribuição de um subsídio no valor de € 2.074,40 à Universidade da Beira Interior, destinado a participar a atribuição de dois prémios de mérito escolar, no valor de € 1.037,20 cada. O respetivo pagamento ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei nº 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio – Universidade da Beira Interior)





10/05/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes disse que já não era a primeira vez que vinha à reunião de câmara subsídios, apoios ou bolsas deste género, e achou que seria interessante premiar/valorizar o mérito escolar do melhor aluno do Fundão no Ensino Superior, dando como exemplo a Universidade da Beira Interior.

O Senhor Presidente achou interessante esta ideia, mas que teria que concertar a questão com a UBI. “A Universidade não tem os prémios por município, e sinceramente penso que haja até um regulamento dos Prémios da UBI, porque eles têm a atribuição dos prémios para os alunos com nota superior a dezasseis valores”.

O Senhor Vereador Eng. Paulo Águas disse que Instituto Politécnico de Castelo Branco tem vários prémios para homenagear os melhores alunos, e que há o Prémio “Cidade de Castelo Branco” que é oferecido pelo Município de Castelo Branco, ao melhor aluno daquele concelho.

### **Área de Reabilitação Urbana (ARU) – Fundo de Regeneração de Alpedrinha (FRA)**

Pelo Senhor Presidente foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida, datada de 1 de abril de 2018, a remeter no âmbito do FRA (Fundo de Regeneração de Alpedrinha 2018) os respetivos processos concluídos, nomeadamente, quatro candidaturas não aprovadas, uma obra concluída e duas desistências.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e remeteu à DOPQV, para o devido procedimento. (Área de Reabilitação Urbana (ARU) – Fundo de Regeneração de Alpedrinha (FRA))

### **Área de Reabilitação Urbana (ARU) – Fundo Zona Antiga do Fundão (FZA)**

Pelo Senhor Presidente foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida, datada de 1 de abril de 2018, a remeter no âmbito do FZA (Fundo Zona Antiga 2018) os respetivos processos concluídos, nomeadamente, duas candidaturas não aprovadas, quatro obras concluídas, três desistências, duas que não cumpriu o mapa de trabalho, uma obra embargada e cinco não concluídas.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e remeteu à DOPQV, para o devido procedimento. (Área de Reabilitação Urbana (ARU) – Fundo Zona Antiga do Fundão (FZA))

Sobre esta questão o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes disse o seguinte: “não sei até que ponto seria interessante envolver as Juntas de Freguesia no sentido de bater porta a porta nalguns casos particulares, e convidar as pessoas para uma sessão prévia de esclarecimentos, isto porque, das vinte e quatro candidaturas que foram apresentadas para a Alpedrinha e para o Fundão, só cinco é que foram aprovadas, o que eu acho que é um número manifestamente



pequeno, considerando que estamos a falar de uma iniciativa louvável que já dura há dois mandatos. Sugestão para o próximo ano. Convocar os Presidentes das Juntas de Freguesia, nem que se bata porta a porta, nem que se defina uma rua por ano, e tentar trazer os proprietários e esclarecer sobre este projeto”.

O Senhor Presidente disse que o município tem uma equipa em permanência que é o Gabinete da Zona Antiga, que dá apoio e esclarece todas as dúvidas que possam existir relativamente a esse processo. “Fizemos reuniões de implantação, nomeadamente em Alpedrinha com a comunidade e junta de freguesia. No caso do Fundão, os processos não ponderam ser dados como finalizados por falta de requisitos. Podemos fazer ainda mais para que as candidaturas venham melhor instruídas, mas também fazemos reuniões com os projetistas, porque há questões aqui que têm projeto, e depois é preciso percebermos que há uma pressão, nomeadamente ao nível dos materiais a utilizar, pois os requisitos de licenciamento têm que ser cumpridos. Há pessoas que preferem perder o apoio e colocar outro tipo de materiais, porque há muita resistência à utilização da madeira nestas intervenções, por causa da conservação da mesma, e nem este tipo de material tem a qualidade que deveria ter. Há aqui uma parte pedagógica neste processo, que permanentemente te que haver, e há aqui uma sensibilização de boas práticas também, por isso é que é dinheiro público”.

### **Ratificação de Despacho – aprovação das “Normas de Participação e de Funcionamento dos Expositores na Feira do Queijo”**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 23 de abril de 2019, e que se transcreve:

“Considerando o teor do despacho proferido no dia 22 de Abril de 2019, ora junto em anexo, relativo à aprovação das Normas de Participação e de Funcionamento dos Expositores na Feira do Queijo e a respetiva ficha de inscrição; Considerando o disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, **proponho, face as factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, que a Câmara Municipal delibere no sentido de ratificar o Despacho ora junto em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Ratificação de Despacho – aprovação das “Normas de Participação e de Funcionamento dos Expositores na Feira do Queijo”)



10/05/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

### **4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

As informações referidas no texto da ata, encontram-se devidamente arquivadas nos respetivos processos na Divisão de Gestão Urbanística.

#### **Joana Filipa Rainho Raimundo – isenção de pagamento de taxas**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à isenção do pagamento de taxas, para construção de habitação unifamiliar própria e permanente, na Quinta das Tapadas, Donas.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de isenção do pagamento de taxas, de acordo com a proposta do n.º 4 da informação prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente nos termos do n.º 5.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Joana Filipa Rainho Raimundo – isenção de pagamento de taxas)

#### **Ana Paula Robalo de Carvalho Dias – redução do pagamento de taxas**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à redução do pagamento de taxas pela ocupação de via pública, na Rua do Norte, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de redução do pagamento de taxas, de acordo com a proposta do n.º 4 da informação técnico administrativa prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ana Paula Robalo de Carvalho Dias – redução do pagamento de taxas)

#### **José Filomeno Beja Carneiro - redução do pagamento de taxas**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à redução do pagamento de taxas, para as obras de reabilitação de edifício destinado a habitação coletiva, comércio e serviços, na Rua 25 de Abril, Fundão.





## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

10/05/2019

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de redução do pagamento de taxas, de acordo com a proposta do n.º 4 da informação técnico administrativa prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (José Filomeno Beja Cardeiro - redução do pagamento de taxas)

### **Herdeiros de José Canelo Ribeiro – legalização de habitação unifamiliar**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de habitação unifamiliar, no Sítio da Horta do Poço, Escarigo.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 7, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Herdeiros de José Canelo Ribeiro – legalização de habitação unifamiliar)

### **Manuel Nunes Fernandes – alteração de edificação**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de alteração de edificação destinada a habitação coletiva e comércio, no Largo da Praça Velha, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 7, da informação técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requente, e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Manuel Nunes Fernandes – alteração de edificação)





10/05/2019

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

### **Maria Deolinda Mendes Figueira Soares e outro – legalização de ampliação de habitação unifamiliar**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização das obras de ampliação de habitação unifamiliar, na Quelha da Rega da Escola, Quintãs.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Notificar o requerente: conforme e nos termos propostos no n.º 4 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Maria Deolinda Mendes Figueira Soares e outro – legalização de ampliação de habitação unifamiliar)

### **Aníbal Joaquim Ramalho Gonçalves – legalização de habitação unifamiliar**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização das obras de construção de habitação unifamiliar, no Sítio da Grameneza, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Aníbal Joaquim Ramalho Gonçalves – legalização de habitação unifamiliar)

### **Natália Pires e Joaquim Mendes Gil – compropriedade**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, no Sítio Vale dos Rossins, São Martinho, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Natália Pires e Joaquim Mendes Gil – compropriedade)



**António Costa Marques Mateus – legalização de ampliação de edificação**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização das obras de ampliação de edificação destinada a habitação unifamiliar, anexo e muro de vedação, em Casal de Álvaro Pires, Souto da Casa

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições apontadas no n.º 8, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (António Costa Marques Mateus – legalização de ampliação de edificação)

**Luísa Filomena Soares Costa – construção de edificações**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de edificações destinadas a anexos agrícolas – casa de máquinas e depósito de água, no Sítio da Lameirancha, Soalheira.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Luísa Filomena Soares Costa – construção de edificações)

**José Augusto Jardim Simões – alteração e ampliação de anexo**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de alteração e ampliação de anexo de apoio agrícola, no Sítio dos Casais, Alpedrinha.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas nos pontos 1 e 2 do n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (José Augusto Jardim Simões – alteração e ampliação de anexo)



10/05/2019

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

### **João Veríssimo Mendes – armazém agrícola**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de armazém agrícola, no Largo de S. Francisco ou Espírito Santo, Alcongosta.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (João Veríssimo Mendes – armazém agrícola)

### **Maria Celeste Alves Pereira Trindade – legalização de habitação**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização das obras de construção de habitação unifamiliar, na Rua da Praça, Telhado.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas nos pontos 1 e 2 do n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Maria Celeste Alves Pereira Trindade – legalização de habitação)

### **Joaquim Nuno Ramos Mesquita – recuperação e ampliação de ruína**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de recuperação e ampliação de ruína – agroturismo, no Sítio da Folha do Meio, Pêro Viseu.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Joaquim Nuno Ramos Mesquita – recuperação e ampliação de ruína)





10/05/2019

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

### **José Manuel Afonso dos Reis – ampliação de edificação**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de ampliação de edificação destinada a habitação coletiva, na Rua Luís António Magalhães, 16, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura e especialidades: nas condições apontadas no n.º 7, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (José Manuel Afonso dos Reis – ampliação de edificação)

### **5.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal do Fundão**

Foi apresentada à Câmara pelo Senhor Presidente, uma proposta subscrita pelo Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, datada de 6 de maio, relativa à 5.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal do Fundão.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com os pontos propostos, e remeter à Divisão de Gestão Urbanística para proceder em conformidade. (5.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal do Fundão)

## **5 – INFORMAÇÕES**

### **Balancete do dia 7 de maio de 2019**

Total de Disponibilidades -----	1.667.099,32€
Total de Movimentos de Tesouraria -----	1.777.309,68€
Operações Orçamentais -----	1.352.139,08€

A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete relativo ao dia 7 de maio de 2019.

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião. Para constar se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente 

A Diretora do Departamento de Administração e Finanças 